



## COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

**ATA DA 100ª REUNIÃO DA CPPD**

**DATA: 01/08/2018**

**LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF**

### **CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD:**

**AMC** – Rosina de Almeida Lopes; **PGM** – Denise Sobreira; **SDE** – Mário Roberto Martin; **SDE** – Mário Martin; **SEFIN** – David Lima da Silva; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Júnior; **SER I** – Jackeline Facó Tavares; **SER II** – Guto de Azevedo Alencar; **SER III** – Maria Luiza de Oliveira Sena; **ABES** – Marconi José Barbosa; **DETRAN** – Daniel Soares dos Santos; **IAB** – Izabela Moreira Lima; **SINDIONIBUS** – José Davi da Silva Pacheco; **SINDUSCON** – Luana Silva Marques Quinderé.

**Presidente da CPPD:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

**Secretária Executiva:** Marília Ferreira Lima Gadelha

**Coordenadora da COURB:** Marina Cavalcante Hissa

**Expositores:** Edilene Oliveira – **CPA/SEUMA**;  
Astrid Câmara – **COFIS/SEUMA**;  
Gizella Gomes – **COL/SEUMA**.

**PARTICIPANTES:** CREA – Rui Machado Júnior; SER IV – Danielle Campos Gadelha; SINDUSCON – Daniela Valente Martins; SEUMA – Astrid Câmara Bezerra, Guilherme A. Vila Nova Mais; Paulo Barreto Lucena Sobrinho, Camila Claudino Leite, Ávila Maria de Almeida, Milena Alves Távora Pereira, Cláudio Freire Valença Benevides, Jefferson André Machado de Freitas, Aline Bêcco da Silva, Marília Gadelha, Gizella Gomes.

### **PAUTA:**

1. Aprovação das Atas: 98ª Reunião Extraordinária da CPPD e 99ª Reunião da CPPD;
2. Apresentação do Processo de Construção do Plano de Caminhabilidade de Fortaleza.
3. Apresentação dos Serviços disponíveis no Fortaleza Online: Isenção de Licenciamento Ambiental para Construção Civil e para Atividade; Licença Ambiental Simplificada (LAS) para

Construção Civil e para Atividades e melhorias implantadas Consulta de Adequabilidade para Construção e para Funcionamento.

## **ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:**

A Coordenadora de Políticas Ambientais, Edilene Oliveira, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes em seguida, falou sobre a pauta da reunião. Dando continuidade, questionou se algum conselheiro teria alguma objeção à aprovação das Atas da 98ª Reunião Extraordinária da CPPD e 99ª Reunião da CPPD, como nenhum conselheiro se pronunciou, as Atas foram aprovadas.

Iniciou a apresentação da proposta do Plano de Caminhabilidade de Fortaleza, ao final da apresentação abriu espaço para questionamentos. A conselheira Denise Sobreira, Procuradora Geral do Município, pediu a palavra e questionou se terá uma Lei ao final da elaboração do Plano.

A Coordenadora Edilene Oliveira esclareceu que a ideia é a regulamentação do Plano de Caminhabilidade. Destacou que a Política de Meio Ambiente, além do Código de Obras e Posturas e do Código da Cidade já trata sobre isso, porém se quer regulamentar com um Decreto de Caminhabilidade, trabalhando diretamente com a questão da padronização das calçadas. Falou ainda sobre ter um manual de calçadas para que todos saibam que existem padrões de uma calçada e que seja divulgado.

O conselheiro Mário Fracalossi, representante do IPLANFOR questionou se o produto será o Plano e se estará vinculado a Política de Meio Ambiente ou de Desenvolvimento Urbano. A coordenadora Edilene Oliveira respondeu que foi colocado um arcabouço legal e institucional, e que o Plano se pauta na política de mobilidade, na acessibilidade, na política de meio ambiente, no código de edificações e posturas, e que será analisado junto à PGM onde melhor inserido.

A Procuradora do Município Denise Sobreira falou que como o Plano já vem de uma política discutida, já está no Código de Obras e Posturas, no Código da Cidade, mas o Plano de Caminhabilidade entram os passeios, a interação de passeios, rolamento, e acesso a áreas verdes e toda essa parte do lazer tornando a cidade usufruível, conectando as áreas verdes com os caminhos e isso já está no Plano Diretor essa possibilidade. Disse ainda que como se quer tornar o Plano de Caminhabilidade uma Lei é porque estão obedecendo uma política da cidade, para esse fim deve estar no Plano Diretor.

A coordenadora Edilene Oliveira esclareceu ainda que a ideia é trabalhar o Plano de Caminhabilidade



juntamente com o Plano Diretor, pois não existe uma Política Nacional de Caminhabilidade, mas se tem a Política de Mobilidade Urbana e que se conseguir, juntamente com o IPLANFOR, trazer os conceitos de caminhabilidade para sejam incorporados ao Plano Diretor.

O conselheiro Mário Fracalossi falou ainda que a terminologia facilita a compreensão, diante disso, o conjunto, o nível o status e onde esse Plano estaria inserido na estrutura poderiam ser aprofundados e isso facilitaria posteriormente a integração. Questionou se a específica tem a característica de plano mesmo.

A Coordenadora de Licenciamento, Arq. Gizella Gomes, destacou que parece se caracterizar como um Programa, pois tem um pouco do código da cidade, do Plano Diretor, a completude de bairros, da cidade compacta, quando se fala de caminhabilidade está falando de acessibilidade, de direito ao cidadão, de inclusão; quando se fala em poluição ambiental está se falando na política ambiental e o que ocasiona. Destacou que a reflexão foi positiva, pois tem que se pensar em como externalizar para melhor interpretação de quem não está no meio do planejamento.

A Coordenadora Edilene Oliveira destacou que não existe uma Legislação de Caminhabilidade e que nenhuma outra capital tem um Plano de Caminhabilidade, e que é algo novo e por isso não está tão organizado. A Caminhabilidade vem suprir uma lacuna, pois tem a política do uso das bicicletas, tem o sistema viário, e foi refletido com relação ao pedestre e se começou a enxergar que caminhabilidade é necessário. Finalizou que a ideia é que se precisa de um instrumento que promova a caminhabilidade em Fortaleza com questões práticas, pois caminhabilidade é qualificar os espaços a pé, fazer com que o cidadão tenha vontade de ir a pé e foram pensados os fatores necessários para que seja atrativa essa caminhada, seja uma calçada plana, árvores, de uma fachada ativa, segurança, portanto, é esse conjunto. Destacou que acredita que tem tudo a ver com os parques, as praças, ser uma pessoa mais ativa, correr na rua, se a cidade é caminhável, é melhor para quem corre, para quem caminha, para a criança brincar na rua, é fazer as coisas a pé.

Em seguida, passou a palavra para a Coordenadora de Licenciamento (COL/SEUMA), Gizella Gomes que informou que seria apresentado os serviços de Isenção e a Licença Ambiental Simplificada que estão disponíveis no Sistema Fortaleza Online. Dando continuidade, apresentou o detalhamento do que é o Licenciamento e no que foi inspirado e ao final de sua apresentação passou a palavra para a Arq. Astrid





Câmara apresentar os Serviços disponíveis no Fortaleza Online.

Após a apresentação a conselheira Denise Sobreira, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM), parabenizou todo o estudo e que atende vários empreendedores de pequeno, médio e grande porte e tem ouvido muitos elogios a esse uso. Falou ainda que não sabia que tinha o serviço de que a SEUMA vai ao locais explicar o funcionamento do serviço.

O Sr. Rui Machado Júnior, CREA, informou que também não tinha conhecimento do serviço e que a divulgação seria importante, além da contribuição realizada ao profissional. A conselheira Luana Quinderé, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON), destacou a facilidade de encontrar as Legislações e as informações no Canal Urbanismo e Meio Ambiente.

Ao final dos questionamentos, a Arq. Astrid Câmara agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Fortaleza, 01 de Agosto de 2018.

**Marília Ferreira Lima Gadelha**  
Secretária Executiva da CPPD

**Marina Cavalcante Hissa**  
Coordenador de Desenvolvimento Urbano

**Maria Águeda Pontes Caminha Muniz**  
Secretária da SEUMA  
Presidente da CPPD